

2018/07/27

## Vergonha e indignação

*José Manuel Castanho Paes<sup>1</sup>*

Tive a honra de servir Portugal na instituição militar, cumprindo serviço efectivo na Marinha, durante cerca de quarenta e cinco anos. Fi-lo com muito orgulho, porque pude escolher uma carreira profissional para a qual entrei por gosto, vocação e tradição familiar.



E passaram até agora mais catorze anos em que, já nas situações de reserva e depois de reforma, procurei continuar a dar contributos, ainda que modestos e algo descontinuados, no sentido do que sempre entendi ser o da dignificação e respeito pelos valores que regem a instituição militar. Fi-lo sem esperar qualquer outra recompensa que não fosse o de ficar bem com a minha própria consciência.

Tenho, entretanto, sofrido muitas decepções pela forma como, não só no seio do poder político, mas também em diversos outros sectores públicos e da sociedade civil, e até dentro da própria instituição, esta tem vindo a ser progressivamente cada vez mais maltratada ao longo dos últimos anos

Ontem à noite assisti a um conhecido programa televisivo, onde foi comentada a situação relacionada com o roubo de material de guerra dos paióis de Tancos, e em que todos os comentadores, vulgarmente reconhecidos como aceitavelmente credíveis nas respetivas análises de factos públicos, puseram em causa a dignidade do comportamento da hierarquia do nosso Exército. E houve mesmo quem lá tivesse afirmado que o hermetismo da instituição militar é absolutamente intolerável numa situação como esta em que há um levantamento de suspeitas, por parte da Polícia Judiciária, de que a Polícia Judiciária Militar estaria a ocultar crimes cometidos por militares. Tudo feito, naturalmente, na opinião dos referidos comentadores, com o intuito de limpar a face do Exército, escamoteando as responsabilidades de determinados militares pelos graves acontecimentos ocorridos. E houve mesmo quem afirmasse ainda que isto, a ser verdade, deveria levar a que rolassem muitas cabeças.

Ao ouvir tudo isto, assaltaram-me sentimentos de vergonha e indignação, tanto mais que o triste acontecimento já se deu há mais de um ano e os portugueses continuam sem saber o que realmente se passou e quais foram as responsabilidades que efectivamente couberam ao Exército, ou seja, visto por outro prisma, quais as causas que possibilitaram a facilidade com que o assalto e roubo de material de guerra se processou.

Este é sem dúvida um acontecimento paradigmático que, tardando o aparecimento de explicações que de forma convincente ilibem responsabilidades militares, pela sua

---

<sup>1</sup> O autor não segue o Acordo Ortográfico.

extrema gravidade, tem vindo a contribuir seriamente para a descredibilização das Forças Armadas.

Se são cada vez menos as instituições em que os portugueses realmente confiam, as Forças Armadas, por via de exemplos como este, podem entrar muito provavelmente, no rol das instituições não confiáveis. O discurso de que as Forças Armadas são “a reserva moral da Nação” ou o “último reduto das virtudes e valores éticos da sociedade” acabará por deixar de ser levado a sério, pelo que a instituição militar ficará assim mais fragilizada e, conseqüentemente, mais vulnerável às atitudes de menosprezo, desrespeito e desconsideração por parte dos nossos concidadãos, sobretudo os já de si preconceituosamente anti-militaristas.

Não pretendo de forma alguma ilibar responsabilidades políticas, que as há, nas causas indirectas que contribuíram para o acontecimento, especialmente a gravíssima falta de efectivos de pessoal em serviço nos regimes de voluntariado e contrato, porque os Governos não cumpriram a lei no respeitante aos incentivos previstos. Contudo, se esta foi de facto a causa principal da ocorrência, então a questão deveria ter sido oportunamente colocada de forma veemente e imperativa pela competente chefia militar à tutela ministerial (e não só) com o forte argumento de que o Exército não tinha condições minimamente aceitáveis para cumprir a missão que lhe competia na guarda dos paíóis. É que afinal a sombra da dúvida também aqui permanece.

O silêncio ensurdecedor da autoridade militar sobre este rumor público só agrava o ambiente de suspeição que paira sobre as responsabilidades do Exército neste caso. Tarda uma declaração clara sobre os resultados dos processos de averiguações certamente levantados na ocasião e que eventualmente tenham passado a processos disciplinares. Será que todos foram remetidos à Polícia Judiciária Militar por indiciarem a pratica de crimes e não de infrações disciplinares?

A bem do prestígio da instituição militar, para que ela não caia na amálgama do universo da maioria das instituições públicas, inclusivamente políticas, onde infelizmente os exemplos de incompetência, fuga às responsabilidades, corrupção e descarado compadrio grassam com elevados graus de impunidade, torna-se imperativo que os responsáveis militares, de todos os níveis da hierarquia militar, que, de forma reconhecidamente isenta, venham a ser considerados culpados, sejam exemplarmente punidos nos termos da lei e dos regulamentos militares aplicáveis.

Se a instituição militar não se conseguir organizar e purgar a si própria, mal irá o nosso País.